

RAÍZES DA QUESTÃO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O VALE DO RIBEIRA

ROBERTO BRAGA*

Resumo

Este texto discute o problema das disparidades regionais no Estado de São Paulo e analisa as causas da estagnação econômica da região do Vale do Ribeira. É feito um perfil histórico da formação econômica regional no contexto paulista, desde o século XVI até meados do presente século, passando pelos ciclos do ouro, da construção naval, da rizicultura e da bananicultura. Os argumentos colocados contestam as explicações baseadas na tese do imperialismo regional. Conclui-se que a decadência e estagnação da região deveu-se a uma conjugação de fatores históricos e geográficos, entre os quais o fim do complexo rural escravista, o isolamento geográfico, a inaptidão regional para a cafeicultura e a dificuldade de fixação da mão-de-obra livre (imigrantes) na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Subdesenvolvimento, Vale do Ribeira

Abstract

Roots of the regional question in the São Paulo State: Considerations on the Ribeira Valley

This text discusses on the problem of the regional disparities in the São Paulo State and analyses the causes of the economic stagnation of the region of the Ribeira Valley. It's made a historical profile of the regional economic formation in São Paulo State, since the century XVI to middles of the present century, through the cycles of gold, of naval construction, of rice and of banana. The placed arguments answer the explanations based on the thesis of the regional imperialism. The conclusion is that the decadence and stagnation of the area was due to a conjugation of historical and geographical factors, such as the end of the slavery, the geographical isolation, the regional lack of aptitude for the coffee cultivation and the difficulty of settling of free labour (immigrants) in the area.

Key-words: Regional Development, Underdevelopment, Ribeira Valley

* Professor Doutor do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP – Campus de Rio Claro.

INTRODUÇÃO

O problema das disparidades regionais é uma constante nos países de economia de mercado. Qualquer que seja o caso analisado, será possível detectar que o desenvolvimento não ocorre em toda a parte e da mesma maneira, como bem assinalou Perroux. O Estado de São Paulo, mesmo sendo o mais rico da federação, não escapa a tal regra.

No quadro da geografia econômica paulista pode-se detectar duas grandes áreas subdesenvolvidas: o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira, este último a região mais pobre do Estado, com indicadores de pobreza similares aos encontrados no nordeste brasileiro. As explicações correntes para tais disparidades têm se pautado pela teoria do imperialismo interno, segundo a qual, o Vale do Ribeira manteve-se à margem do desenvolvimento paulista por ser explorado pelas regiões mais ricas do Estado. Esta tese é defendida, por exemplo, por MÜLLER (1980).

Analisando o processo de formação da região, dentro do contexto da história econômica paulista, procuraremos demonstrar, com base em argumentos históricos e geográficos, a inadequação de tal explicação.

O POVOAMENTO

Localizada no extremo sul do Estado de São Paulo, a menos de 100 quilômetros da Capital (Figura 1), a Região do Vale do Ribeira, apesar de ser atualmente a menos povoada do Estado, foi uma das primeiras no Brasil a ser ocupada. Sua rede urbana começou a ser formada já nos primórdios do século XVI, com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses que fundaram os povoados de Cananéia e Iguape¹.

Nessa primeira fase, o povoamento da região ficou restrito ao litoral e estava ligado às funções de defesa, ocupação e expansão do território pelos portugueses,

¹ Há muita controvérsia quanto à data correta da fundação desses dois núcleos coloniais. Azevedo Marques, citado por Petrone (1966), nos conta que já em 1531, a esquadra de Martin Afonso de Souza aporta e funda, na Ilha de Cananéia, o primeiro ponto na Capitania de São Vicente, onde “colocou dois marcos de pedra com as quinas de Portugal”. Neste local Martin Afonso teria encontrado já europeus vivendo ali, notadamente um castelhano, denominado Francisco Chaves, conhecido como “bacharel”, cujas informações motivaram o envio de uma expedição de 80 homens em busca de metais preciosos terra adentro e que, desafortunadamente, acabaram sendo mortos pelos índios Carijós nos campos de Curitiba. Oficialmente, Cananéia só foi elevada à categoria de vila (município) anos mais tarde, pela Provisão de 13 de julho de 1600. Quanto a Iguape, ignora-se o ano preciso de sua fundação; admite-se, no entanto, que desde meados do século XVI já deveria existir um povoado no local. Sua primeira matriz foi construída em 1635 e sua elevação à categoria de vila (município) se deu em 1638.

já que o Vale do Ribeira situava-se no limite territorial demarcado pelo Tratado de Tordesilhas. A economia regional limitava-se à pesca, à coleta e à lavoura de subsistência, no que não diferia muito do restante da Capitania.

Figura 1 – Mapa de Localização da Área de Estudo



A economia da região só tomou algum impulso no século seguinte, quando teve seu primeiro empreendimento econômico em escala comercial: a mineração. Foi o chamado “ciclo do ouro” do Vale do Ribeira, que começou com a descoberta do metal na retroterra de Iguape, na zona do médio Ribeira. Aí foram encontradas as primeiras jazidas auríferas do Brasil, que fizeram com que a região apresentasse um relativo desenvolvimento, concentrado, no entanto, na vila de Iguape que, por sua posição estratégica, tornou-se a porta de escoamento do metal, tendo sediado, inclusive, a primeira casa de fundição de ouro do país, a “Casa Real de Fundição”, construída em 1635².

Durante este “ciclo do ouro”, o povoamento, que anteriormente limitava-se ao litoral, avançou para o interior, subindo o curso do Ribeira, onde foram formados os primeiros núcleos coloniais da retroterra, dos quais o mais importante foi o de Xiririca (atual Eldorado). Muito embora a mineração tenha trazido alguma riqueza

² O prédio da casa de fundição ainda existe, abrigando atualmente o Museu Histórico de Iguape.

para a região, seus efeitos desenvolvimentistas restringiram-se a Iguape. Os núcleos do Interior pouco se desenvolveram e mesmo Xiririca, na principal zona garimpeira, só foi elevado à categoria de município no século seguinte, já na fase decadente da mineração.

O ciclo minerador no Vale do Ribeira durou praticamente todo o século XVII, decaindo no início do século seguinte pelo esgotamento dos filões auríferos e pela evasão dos mineiros em demanda das novas áreas de mineração descobertas na região das “Minas Gerais”. Esse êxodo provocou a estagnação dos povoados do interior, que passaram a sobreviver apenas às custas de uma produção de subsistência. Somente Iguape, graças à acumulação permitida no período do ouro e, ainda, a seu papel estratégico de entreposto comercial portuário com o sul do país, conseguiu ainda manter algum status econômico.

Após o ciclo do ouro, no final do século XVII, desenvolveu-se um outro ciclo econômico regional, de duração ainda menor, restrito apenas à zona litorânea: a construção naval. Neste período instalaram-se, principalmente em Cananéia, inúmeros estaleiros formando uma importante indústria de construção naval que teve seu apogeu em 1734, segundo Higino dos Santos, citado por DIEGUES (1973, pág. 17).

Ainda no século XVIII ocorreu uma retomada da mineração na região. Esta se desenvolveu não mais na baixada, mas na zona serrana do Alto Ribeira, tendo como centro não mais Iguape, mas Apiaí. No começo desse século, garimpeiros paulistas alcançaram pelo planalto as cabeceiras do rio Paranapanema e a zona do alto Ribeira, onde encontraram ouro de aluvião. Em 1715 foi nomeado o primeiro Guarda Mór das Minas de Apiaí e Paranapanema. A partir de então, até o final desse século, ocorreu uma atividade relativamente intensa de mineração nesta região, cuja produção era escoada pelo planalto até Sorocaba, via Itapetininga. Saint-Hilaire, em sua *Viagem à Província de São Paulo*, relata a existência do *Registro Velho*, próximo a Itapetininga, onde havia funcionado um “posto de guarda para impedir o contrabando de ouro tirado das margens dos rios Paranapanema e Apiaí.” (ELLIS, 1958, p. 17)

É importante destacar o fato de que o povoamento da zona do Alto Ribeira não se deu pela penetração via baixada do Ribeira, mas pelo planalto, por Sorocaba. O município de Apiaí³ foi criado como vila por desmembramento do município de Sorocaba, diferentemente dos municípios da baixada que são todos, à exceção de Cananéia, originários de Iguape.

³ Em meados do século XVIII, o Capitão Mór Francisco Xavier da Rocha, vindo de Minas Gerais, pelo caminho de Sorocaba, com 150 escravos, funda o povoado de Santo Antônio das Minas de Apiahy (atual Apiaí) que, em 1770 é elevado à categoria de município, com a mesma denominação (EGAS, 1925, pág. 78).

No final do século XVIII, a economia em toda a região já se encontrava estagnada. A construção naval no Litoral estava em declínio e a mineração no Alto Ribeira entrava em decadência pelo esgotamento dos aluviões. Essa situação perdurou até o limiar do século seguinte, quando se iniciou um novo ciclo econômico na região, o “ciclo do arroz”, que durou até o final do século XIX.

O ciclo do arroz, que teve seu auge aproximadamente entre 1836 e 1874, foi, sem dúvida, o período de maior prosperidade da região. Em 1836, a região concentrava 100 dos 109 engenhos de beneficiamento de arroz instalados na província e em 1852 já eram 107 os engenhos instalados na região. Outra medida do crescimento econômico da região era a quantidade de escravos que, em 1836, representavam 28,9% da população total, um índice superior à média da Província, que era de 26,6% de população escrava. (MÜLLER, 1836)

**Tabela 1 - População de alguns municípios paulistas
no século XIX**

Municípios	População			
	1836	1854	1874	1886
Iguape	9396	15211	16005	17638
Cananéia	1627	2664	3945	5355
Rio Claro	—	6564	15035	20133
Araraquara	2764	4965	9767	9559
Santos	5836	7033	9191	15605
Amparo	—	3840	11756	17325
S. J. Dos Campos	3909	6953	15174	17906

Fonte: PETRONE, 1966, pág. 91.

O desenvolvimento da rizicultura refletiu-se, também, na dinâmica populacional da região. Na tabela 1, vemos a população de Cananéia e Iguape comparada com a população de outros importantes municípios da Província no século passado. Podemos observar que Iguape era, na época, uma importante cidade, superando em população até mesmo Santos, que era o principal porto da Província.

O crescimento econômico trazido pela rizicultura limitou-se, no entanto, à zona da Baixada do Ribeira, ainda assim concentrando-se nos dois núcleos principais, Iguape e Cananéia, onde a produção do arroz era controlada pelos proprietários dos engenhos de beneficiamento e, principalmente, pelos comerciantes de Iguape. Os pequenos povoados e vilarejos ribeirinhos da retroterra pouco se beneficiaram dessa riqueza. A zona do Alto Ribeira não chegou a ser alcançada pela

rizicultura (à exceção de Iporanga, onde se plantava algum arroz), mantendo-se no mesmo processo de estagnação.

Essa fase de relativa prosperidade da baixada do Ribeira não durou muito. A partir da segunda metade do século XIX, a rizicultura começou a entrar em decadência, levando de roldão toda a economia regional. A tabela 2 nos dá uma boa visão da decadência econômica da região: as exportações pelo Porto de Iguape, que alcançavam mais de 464 contos de réis em 1866, poucos anos depois, em 1879, atingiam apenas pouco mais que modestos 14 contos de réis.

Tabela 2 - Exportações do porto de Iguape

Ano	Valor
1824	53.387\$000
1835/36	98.126\$980
1850/51	166.988\$234
1859/60	385.224\$136
1866	464.646\$868
1879	14.161\$600

Fonte: Diegues, 1973, pág. 26.

A partir da década de 1870, com a decadência da rizicultura, a região entrou num período de estagnação econômica, no qual a agricultura comercial foi substituída paulatinamente pela lavoura de subsistência, num processo denominado por MÜLLER (1980) de “caipirização”⁴. O Vale do Ribeira converteu-se no “Sertão do Litoral”, na “Amazônia Paulista”, uma ilha de pobreza no mar de prosperidade em que se tornou o Estado de São Paulo com a cafeicultura e, posteriormente, com a indústria, no século XX.

A caipirização dominou até a década de 1940 (MÜLLER, 1980), quando ocorreu uma retomada da mercantilização da agricultura regional, com a introdução de novas culturas, o chá e a banana, por imigrantes japoneses que vinham se instalando na região desde 1912. A partir de então, a teicultura e a bananicultura se impuseram como principais atividades econômicas da região, assim permanecendo até hoje.

Não obstante essa retomada da mercantilização da economia regional, processo esse denominado por MÜLLER (1980) de “reincorporação capitalista”, o Vale do Ribeira não deixou sua condição de região pobre dentro de um estado rico. Essa

⁴ Müller(1980,p. 36) assim caracteriza a vida caipira: “um grau relativamente acentuado de isolamento econômico-sócio-cultural, trabalho familiar e auxílio vicinal, algum excedente para a obtenção de utensílios e roupas, larga margem de lazer - caracterizavam a vida caipira, juntamente com a posse de terras e a disponibilidade de solos virgens, o que permitia desenvolver uma agricultura itinerante com praticamente nenhuma técnica.”

condição de disparidade econômica despertou, a partir da década de 1950, as atenções governamentais e em 1959 foram envidados os primeiros esforços governamentais sistemáticos com o intuito de diagnosticar e superar a estagnação social e econômica na região. Dez anos mais tarde foi criada a SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, autarquia estadual criada em 1969, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Vale do Ribeira e do restante do litoral paulista. Quase vinte anos depois, a SUDELPA foi extinta sem lograr seu intento. As razões desse fracasso devem ser buscadas nas próprias causas da estagnação regional, o que será feito a seguir.

A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

Para entendermos as causas do processo de estagnação econômica no Vale do Ribeira, iniciado na segunda metade do século passado, é necessário situá-lo no contexto mais amplo da história econômica paulista nesse período.

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), a economia paulista, até meados do século passado, fundamentava-se no que ele denomina “complexo rural”, assim descrito:

“A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse ‘bom’, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. Em outras palavras: só havia o mercado externo, dado que as atividades que deveriam resultar na formação do mercado interno estavam internalizadas no âmbito do próprio complexo rural.”(GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.7)

Em 1850 o complexo rural dominante no Estado de São Paulo era o cafeicultor, até então concentrado no Vale do Paraíba. Além do café, principalmente no chamado quadrilátero do açúcar (Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá), mantinha-se ainda um complexo canavieiro, que logo entrou em decadência (Petroni, 1968). Marginalmente a esses dois principais complexos, um complexo rizicultor no Vale do Ribeira vinha se expandindo.

Em 1850, a proibição do tráfico negreiro desencadeou uma crise que feriu de morte o complexo rural escravista, afetando-o de maneiras diferentes. No Vale do

Paraíba, a cafeicultura dos tradicionais latifúndios escravistas, que em 1854 respondia por 78% da produção do Estado (MILLIET, 1982), foi dissolvida, entrando a região em um longo processo de estagnação. A cafeicultura, no entanto, manteve sua hegemonia avançando para o oeste do Estado (a conhecida “marcha do café”), formando, a partir de 1870, um novo sistema, denominado por Wilson Cano, como o **complexo cafeeiro paulista**, que não era monocultor nem latifundiário (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

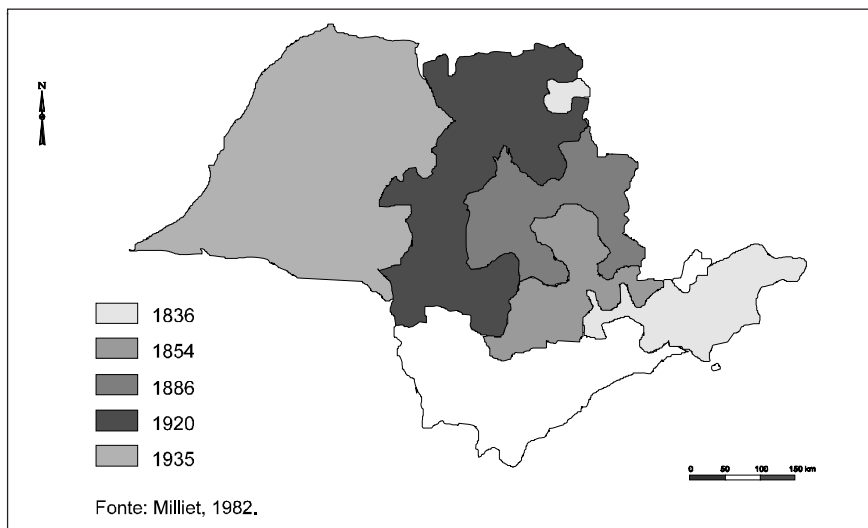
O complexo cafeeiro paulista constituiu-se, com base em novas relações de produção, num novo regime de trabalho denominado “colonato”, formado pela incorporação das famílias de imigrantes. O colono era um trabalhador assalariado temporário que, fora do período da colheita, produzia em sua roça familiar produtos para sua própria subsistência e gerava um excedente comercializado na região. Desse modo, o complexo cafeeiro, ao mesmo tempo que criava um mercado, ampliava a divisão social do trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1996). O regime de colonato, além de relativamente vantajoso para o colono era muito vantajoso para o fazendeiro:

“No regime anterior, o escravo significava um capital fixo (pela sua compra) e/ou um custo fixo (pelo seu aluguel ou manutenção); no regime de trabalho livre, aquele capital fixo passava a circulante (para o financiamento de seus salários, até a venda da produção) e os custos eram agora repartidos em duas parcelas: uma fixa, pelo trato do cafezal e outra variável, pela colheita. Essa mudança, diminuindo as imobilizações financeiras do fazendeiro, rebaixava também suas despesas financeiras com juros.” (CANO, 1990, p. 40)

Acompanhando a expansão da cafeicultura pelo oeste paulista (figura 2), ocorreu também a expansão da malha ferroviária, cuja eficiência foi fundamental para a expansão do complexo. Essas ferrovias, em sua maioria implantadas com capitais privados, trouxeram uma dupla vantagem para os cafeicultores:

“Se de um lado, as ferrovias transferiram sensíveis economias externas e diminuíam os custos aos cafeicultores, por outro lado, esses mesmos cafeicultores cuidaram para que ela fosse também lucrativa. Desta forma, a ferrovia passa a cumprir mais dois importantes papéis. Um, por se tornar uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro, tornando-se destino de parte desses capitais; outro, refere-se a sua lucratividade relativamente alta, que lhe confere o caráter de *origem* de novos capitais que permitem uma nova ampliação dos excedentes do complexo.” (CANO, 1990, pp.52,53)

Figura 2 – Esquema da invasão cronológica do café no Estado de São Paulo.



Se todo esse processo era amplamente favorável ao desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista, o mesmo não acontecia com a agricultura produtora de alimentos:

“Se, de um lado, a elevação dos preços dos escravos e das terras imprimiu a necessidade de intensificar seu uso na produção cafeeira, por outro lado isso não contribuiu para o desenvolvimento de uma agricultura produtora de alimentos, no próprio complexo. Se isso pudesse ter ocorrido, ela significaria um reforço para o processo de acumulação de capital, expandindo o excedente e o mercado local.

Entretanto, isto não parece ter ocorrido em larga escala, e a razão pela qual assim penso, pode ser resumida da seguinte forma:

- i) se a agricultura está geograficamente vizinha da atividade cafeeira: nesse caso, ela também opera a custos crescentes decorrentes dos mesmos problemas da terra e da mão de obra;
- ii) se está geograficamente distante da zona cafeeira: embora livre do problema do custo da terra, era também atingida pelo alto custo de transporte e, se escravista, atingida igualmente pela alta dos preços da mão de obra escrava.

Tanto pode ter ocorrido o caso “i” como o “ii” ; no entanto, o aumento das importações brasileiras de alimentos no último quartel do século XIX, provavelmente restringiu ainda mais a expansão dessa agricultura, diante da impossibilidade desta concorrer com os preços internacionais.”(CANO, 1990,pág. 27)

Vejamus se esta explicação é adequada para a crise da rizicultura no Vale do Ribeira. Das duas hipóteses apresentadas por Cano, a agricultura do Vale se enquadraria no caso “ii”, ou seja, uma agricultura produtora de alimentos, escravista e geograficamente distante da zona cafeeira. Vejamus primeiro o item: escassez de mão-de-obra.

A partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido legalmente, o preço do escravo subiu vertiginosamente. Os preços, que oscilavam entre 700 mil réis e 1 conto de réis em 1850, se elevaram, em 1875, para cerca de 3 contos de réis (CANO,1990,pág.25). Esse encarecimento foi agravado ainda pelos altos impostos provinciais instituídos para evitar a evasão da mão-de-obra de uma província para outra. Assim sendo, é possível supor que tais barreiras tributárias tenham estimulado a transferência de escravos dentro das próprias províncias, das regiões menos dinâmicas para as mais dinâmicas economicamente, ou seja, das zonas não cafeeiras, como era o caso do Vale do Ribeira, para as zonas cafeeiras. A tabela 3 ilustra esse processo.

Tabela 3 - Evolução do número de escravos em alguns municípios paulistas no século XIX

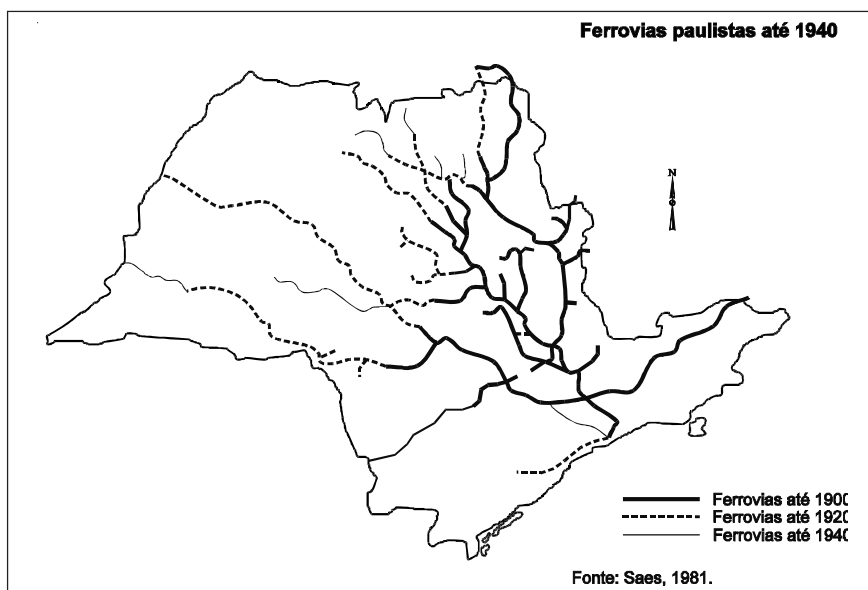
Municípios	Escravos/ano				Taxa de Crescimento		
	1836	1854	1874	1886	1836/54	1854/74	1874/86
Iguape	2717	4702	1584	679	73,1%	-66,3%	-57,1%
Santos	3389	2370	1606	57	30,1%	-32,2%	-96,4%
Rio Claro	—	1955	3935	3304	—	101,3%	-16,0%
Campinas	3917	8190	13685	9986	109,1%	67,1%	-27,0%

Fonte: Camargo,1981. (reorganizada pelo autor)

Entre 1854 e 1874, ao mesmo tempo que a população de escravos diminuiu em 66% em Iguape e em 32% em Santos, ambos municípios do litoral, região não cafeeira, os municípios de Rio Claro e Campinas, cafeeiros, tiveram um acréscimo de 101% e 67%, respectivamente, em sua população de escravos. Em 1886, antevéspera da abolição da escravatura, embora tivesse havido uma diminuição generalizada no número de escravos, os dois municípios cafeeiros ainda apresentavam um contingente considerável, enquanto que Iguape e Santos apresentavam uma redução drástica.

Colocando agora o problema dos transportes no Vale do Ribeira, veremos que este também foi bastante sério na região. A expansão da malha ferroviária paulista acompanhou a marcha do café rumo ao oeste paulista, deixando de lado as regiões não cafeeicultoras. Isso se explica principalmente pela origem do capital ferroviário, que era majoritariamente privado e oriundo da própria cafeeicultura. Assim sendo, o Vale do Ribeira, região não cafeeicultora, ficou fora desse processo. O primeiro ramal ferroviário só chegou à região em 1912 e, ainda assim, somente até Juquiá. (Figura 3)

Figura 3 – Expansão da malha ferroviária do Estado de São Paulo



Apesar de não poder contar com o moderno transporte ferroviário, o complexo rizicultor contava com um relativamente eficiente sistema de navegação fluvial, base do sistema de transportes regional até o início do século XX. A produção era escoada pelo rio Ribeira para o porto de Iguape e daí até o porto de Santos. Este era o único meio eficiente de ligação da região com o exterior, sendo que as ligações por terra eram bastante precárias e assim permaneceram praticamente até a década de 1940⁵.

A opção pelo transporte hidroviário no Vale do Ribeira não foi apenas uma consequência natural da existência de uma vasta rede de drenagem na região, mas

⁵ Mesmo hoje a malha rodoviária do Vale do Ribeira é bastante inferior, em quantidade e qualidade, em relação ao restante do Estado.

foi também uma decorrência de um isolamento imposto à região ainda no período colonial, durante o ciclo da mineração. Como assinala PETRONE (1966, p. 77), a mineração “fez com que a administração não visse com bons olhos a abertura de caminho que poderia dificultar a cobrança dos direitos às mercadorias sujeitas. O controle pela passagem do Ribeira era mais cômodo.” Assim sendo, a exemplo da região das Minas Gerais, que teve restringido o seu acesso ao litoral, o Vale do Ribeira, litorâneo, teve restringido o seu acesso ao planalto.

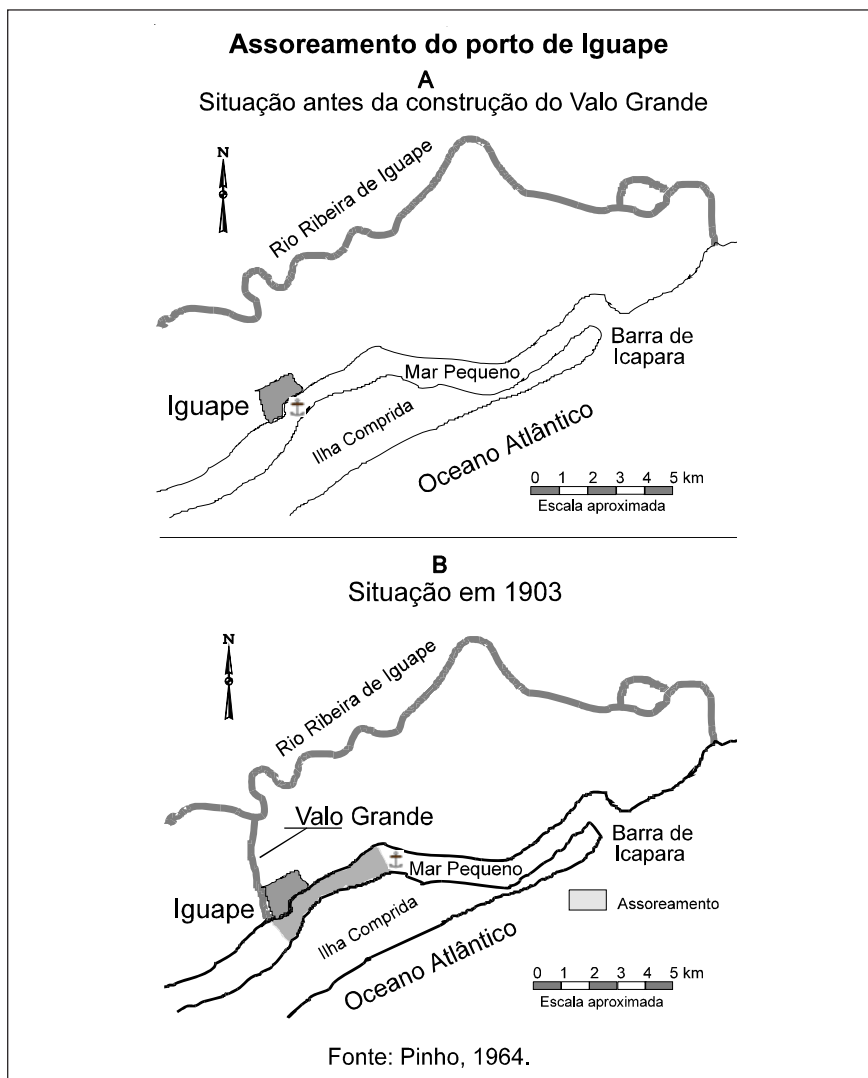
A inexistência de ferrovias no Vale do Ribeira, em tese, não representaria necessariamente um entrave à sua economia se o sistema hidroviário pudesse ser estruturado de forma a atender à demanda de transportes e comunicações. Aliás, atualmente, o transporte hidroviário é colocado como a grande alternativa, tanto para a ferrovia quanto para a rodovia, sendo considerado mais eficiente do que estes para o transporte de produtos agrícolas. Assim sendo, caso a região tivesse uma produção economicamente compensadora, a rede hidroviária poderia perfeitamente suprir as necessidades regionais.

Tal fato poderia eventualmente ter acontecido se não houvesse ocorrido algo que comprometeu seriamente o sistema hidroviário do Ribeira: o assoreamento do porto de Iguape, causado pelo recém construído Canal do Valo Grande, que veio a impedir o acesso de navios de grande porte ao mesmo.

Embora o Ribeira fosse a principal, praticamente a única, via de comunicação com a retroterra, o porto de Iguape não se localizava na foz do mesmo, mas a mais de 20 quilômetros ao sul. Como toda a produção era transportada pelo rio, tal fato representava um transtorno e um custo extra para os comerciantes que, desde o início do século XIX reivindicavam a construção de um canal ligando diretamente o Ribeira ao porto, vencendo os apenas 2,5 quilômetros que os separavam. (Figura 4-A)

Em 1852 a reivindicação foi atendida, com a conclusão da abertura do canal, e o que era para ser uma solução transformou-se logo em mais uma fonte de problemas. Primeiramente, ocorreu a erosão das margens do canal que, construído inicialmente com apenas quatro metros de largura, atingiu em pouco tempo duzentos metros de largura em alguns pontos, engolindo campos de cultivo, casas e até parte do cemitério de Iguape. A esse respeito temos o relato do Dr. Cornélio Shmidt, engenheiro do governo da Província: “Quanto à largura do canal, pouco tem se alargado de 1891 para cá, o que é natural, pois esse alargamento havido até esse ano, e que tanto susto causou à população ribeirinha, era consequência lógica da necessidade que tinha o Ribeira de um leito com capacidade suficiente para o seu volume de água, concorrendo ainda o aumento da declividade devido ao seu curso que (pela Ribeira Velha) era de 26 quilômetros, ter passado a dois quilômetros apenas”(BRASCONSULT,1966).

Figura 4 – Esquema da progressão do assoreamento do porto de Iguape.



A abertura do canal do Valo Grande não causou apenas prejuízos materiais e susto à população ribeirinha, teve conseqüências muito mais graves para toda a região. O violento processo de erosão desencadeado pelo encurtamento do curso e aumento da declividade do rio causou, por sua vez, um rápido processo de assoreamento. Em 1903, já havia tomado o porto por completo, inviabilizando a entrada de navios de maior porte.(Figura 4-B)

Com o porto inviabilizado, Iguape passou a perder cada vez mais seu papel de importante entreposto comercial e o arroz produzido na região, que já encontrava dificuldade em competir com as demais regiões produtoras, passou a ter sua colocação no mercado ainda mais dificultada. Desse modo, sem estradas e ferrovias por terra e com a navegação em franca decadência, a região foi se isolando cada vez mais do restante do Estado.

Paralelamente às dificuldades que o complexo rizicultor vinha encontrando na região, havia o problema da concorrência externa, com o surgimento de novas áreas produtoras de alimentos (nas próprias zonas cafeeiras, que podiam contar com a infra-estrutura gerada pelo café) e também a importação de alimentos, que foi muito intensa no período, para atender a demanda gerada pelo aumento do mercado interno devido à imigração.

A decadência do complexo rizicultor escravista do Vale do Ribeira ocorreu quase que paralelamente à decadência do complexo cafeeiro escravista do Vale do Paraíba. No Vale do Ribeira, a crise foi agravada pela dificuldade dos transportes, que não afetou o Vale do Paraíba que era servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Nesta região o outro elemento fundamental para a crise foi o encarecimento das terras devido à Lei de Terras de 1850, que limitava a incorporação de novas terras necessárias à expansão da cafeicultura. Sem condições de expandir-se no Vale do Paraíba, o café “marcharia em direção ao ‘Oeste Paulista’, região onde o café não encontraria aquela limitação de terras.”(CANO. 1990, p. 31)

Nas novas terras do oeste, além de superar o problema da fundiário, o café iria superar também o problema da mão-de-obra através do trabalho livre do colono imigrante. Quanto ao problema dos transportes, este seria logo superado pela expansão da malha ferroviária pelas novas zonas cafeeiras.

Temos, desse modo, no final do século XIX, o seguinte quadro do desenvolvimento regional em São Paulo: a zona cafeeira escravista do Vale do Paraíba em decadência; a zona rizicultora escravista do Vale do Ribeira também em decadência; e as novas zonas cafeeiras do oeste, apoiadas no trabalho livre do colono imigrante e numa eficiente rede de transporte ferroviário, em franco desenvolvimento.

Foi graças à presença da mão-de-obra livre do imigrante, na figura do colono, que a acumulação cafeeira pôde atingir os níveis historicamente conhecidos. Pois bem, se a imigração representou uma solução para a crise de mão-de-obra nas zonas cafeeiras, por que o mesmo não aconteceu na zona rizicultora do Vale do Ribeira ?

Diferentemente do que se poderia supor, o Vale do Ribeira foi pioneiro nas experiências de colonização estrangeira realizadas no Estado de São Paulo no século passado. Segundo PETRONE (1961), a região foi um verdadeiro laboratório de experiências (fracassadas em sua maioria) de colonização. No quadro 1 podemos ver que dois dos 14 principais núcleos oficiais de colonização criados no Estado no século passado, foram instalados na região justamente os primeiros: Pariquera-Açu em 1861 (que deu origem ao atual município) e Cananéia em 1862. Isso demonstra que, embora os interesses econômicos estivessem majoritariamente voltados para as zonas cafeeicultoras, havia, de fato, algum interesse governamental na colonização do Vale do Ribeira.

Quadro 1 - Principais núcleos oficiais de colonização fundados em São Paulo no século XIX

Núcleos coloniais	Ano da criação	Municípios
Pariquera-Açu	1861	Iguape
Cananéia	1862	Cananéia
São Caetano	1877	São Caetano
Glória	1877	Capital
São Bernardo	1877	São Bernardo
Santana	1877	Capital
Canas	1885	Lorena
Cascalho	1885	Limeira
Bom Sucesso	1887	Sorocaba
Ribeirão Pires	1887	São Bernardo
Senador Antônio Prado	1887	Ribeirão Preto
Barão de Jundiá	1889	Jundiá
Rodrigo Silva	1889	Porto Feliz
Subaúna	1889	Mogi das Cruzes

Fonte: Camargo, 1981.

Apesar de seu pioneirismo, esses dois núcleos coloniais não foram bem sucedidos. O Núcleo Colonial de Cananéia foi ocupado por grupos de ingleses, irlandeses e alemães, sendo em pouco tempo abandonado, devido seu isolamento e precariedade de infra-estrutura. A colônia de Pariquera-Açu (que veio a originar posteriormente o município de mesmo nome), com condições um pouco melhores, recebeu pequenos grupos de ingleses, alemães, poloneses e russos, que ficaram por algum tempo; o maior contingente recebido por esse núcleo foi o de italianos, cuja maioria se instalou entre 1886 e 1890, logo desertando para as zonas cafeeicultoras do planalto. (PETRONE,1961)

A maioria das tentativas de colonização na região foi, no entanto, de iniciativa particular. É de se destacar a experiência de colonização na região, entre 1865 e 1879, por norte-americanos confederados derrotados na guerra de secessão (em geral oficiais veteranos da guerra e pequenos fazendeiros), que se instalaram no vale do Juquiá, no vale do São Lourenço, em Eldorado e em Iguape, liderados pelo Reverendo Ballard Dunn.

A imigração norte-americana, como assinala PETRONE (1966), foi uma imigração dirigida, e a região foi escolhida pelos próprios colonos e não imposta como na maioria dos outros casos, havendo, inclusive, vários estudos e visitas preliminares à região, que era considerada por muitos deles como uma “Nova Canaã”, uma terra prometida (GOLDMAN, 1972). No entanto, apesar de toda a preparação, a experiência da colonização norte-americana redundou em fracasso. Os colonos, depois de pouco tempo, abandonaram a região, alguns retornando aos Estados Unidos, outros transferindo-se para o planalto, mais especificamente para a região de Campinas, onde constituíram uma comunidade até hoje influente na região.

O fracasso da colonização norte-americana no Vale do Ribeira é explicado por PETRONE (1966) pelo fato dos colonos terem superestimado seu conhecimento da região e, principalmente, pelo isolamento que dificultava o escoamento da produção, inviabilizando o desenvolvimento das culturas comerciais na região. Essa opinião é compartilhada por GUSSI (1997, p. 93), que assim destaca em seu estudo sobre a imigração norte-americana no Brasil:

“As razões para o fracasso são múltiplas, mas geralmente relacionam-se ao isolamento que foi imposto aos colonos nas localidades, afastados dos núcleos urbanos. O Governo brasileiro responsabilizara-se por implantar uma infra-estrutura necessária nas localidades para possibilitar o escoamento da produção agrícola, mas não cumpriu o pretendido contrato. Isolados e sem condições de organizar uma estrutura econômica que lhes desse sustentação, os colonos rapidamente se dispersaram - muitos foram para grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo - e os que ficaram rapidamente integraram-se às localidades estabelecidas”

Corroborando esta avaliação, é interessante citar uma passagem de “Os pioneiros americanos no Brasil” (GOLDMAN, 1972, p. 96), que ilustra bem esse problema:

“Os Smith estavam muito satisfeitos no Areado e no Azeite, mas achavam falta de um mercado próximo. Passaram-se três anos e não lhes restou vizinhos. Certa manhã Smith voltou-se para a esposa e disse : - ‘Sarah, isto não pode continuar. Temos que sair daqui, de qualquer jeito’.

Voltar pelo porto de Iguape estava além de seus recursos financeiros. De Iguape a Santos era elevado o preço da passagem e eles constituíam família nume-

rosa. A espera em Iguape exauriria seus recursos, pois Iguape não era porto de escalas freqüentes. Restava-lhes então uma única saída: irem a pé pelas montanhas até Peruíbe, e daí chegar a Santos pela praia.

Os Smith deixaram sua casa do Areado e do Azeite e estabeleceram-se em Campinas.”

Essa passagem da saga dos Smith no Vale do Ribeira ilustra bem as dificuldades pelas quais passaram os colonos nessa região, não só os norte-americanos mas todos os demais, devido ao isolamento ao qual estavam submetidos.

Buscando compreender as causas do fracasso da colonização no Vale do Ribeira, PETRONE (1966) procurou comparar esta região com o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, região com condições geográficas muito parecidas com o Vale do Ribeira e que teve uma colonização bem sucedida. Situando essas duas experiências no contexto histórico dos respectivos estados, Petrone aponta que enquanto em Santa Catarina a imigração estava voltada fundamentalmente para o povoamento da província, em São Paulo a ênfase fundamental da colonização não estava no povoamento mas no atendimento à necessidade de mão-de-obra na cafeicultura, motivada pelo fim do tráfico de escravos. Assim sendo, as colônias do Vale do Ribeira eram uma exceção dentro do contexto paulista, e não é de se admirar que não tivessem recebido o devido apoio do governo provincial.

Embora reconheça que a proximidade da zona cafeicultora, mais desenvolvida, com melhor infra-estrutura e oferta abundante de trabalho, tenha exercido um forte poder de atração sobre os colonos em dificuldade no Vale do Ribeira, Petrone considera que o fracasso da colonização européia na região deveu-se à conjugação de uma série de fatores, dentre os quais o poder de atração que a cafeicultura exercia sobre os colonos da região não pode ser desconsiderado:

“É fácil compreender, entretanto, que a área de sucção representada pela grande lavoura comercial, de per si, não justificaria inteiramente o insucesso da colonização do Ribeira, mesmo porque a região, como já vimos, desperdiçou um número relativamente grande de iniciativas. É que à atração exercida por essa área, somou-se um conjunto de circunstâncias peculiares à região do Ribeira, que funcionaram como elementos de repulsão. O colono que procurou a região do Ribeira não a abandonou, em seguida, apenas porque atraído pelas condições econômicas do planalto, mas também, e principalmente, porque não encontrou condições satisfatórias na Baixada.”(PETRONE, 1966,p. 109)

Tais condições insatisfatórias apontadas por Petrone podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

- 1) as condições físicas eram pouco satisfatórias para os colonos: o clima quente e úmido, tipicamente tropical, era pouco convidativo a europeus;

- 2) desilusão face à realidade encontrada: a propaganda das companhias colonizadoras prometia uma terra que não condizia com a realidade inóspita;
- 3) dificuldade de introdução de lavouras comerciais na região: as únicas exceções foram as culturas do chá e da banana, desenvolvidas por japoneses muitos anos depois;
- 4) a pouca duração das experiências, que dificultou o enraizamento dos colonos;
- 5) a heterogeneidade das colônias, formadas por grupos étnicos reduzidos e heterogêneos.

É importante salientar que a região não apresentava apenas fatores de repulsão mas apresentava também atrativos para os colonos. Boa parte dos colonos que se instalaram no Vale do Ribeira vieram das zonas cafeeiras, o que pode parecer um contra-senso, já que estas eram as áreas mais prósperas do Estado. Um trecho do relatório do Secretário da Agricultura para 1895, sobre os núcleos coloniais na zona cafeeira, ajuda a esclarecer a questão:

“Verificou-se que os núcleos não se desenvolveram, tornando-se necessária a modificação do sistema. Até agora a corrente migratória foi destinada à grande cultura não sendo isso suficiente à colonização, visto que o colono de uma grande propriedade não pode aspirar a ser um pequeno proprietário, embora grandes as suas economias e seus esforços. Ele continua com a idéia fixa de voltar para sua pátria onde poderá adquirir um lote de terra com o produto de seu trabalho entre nós.”⁶

Certamente, o sistema de colonato na lavoura cafeeira, que em muitos casos era pouco mais do que uma escravidão disfarçada, não coincidia com o sonho do imigrante de “fazer a América”, o que certamente o levou, antes de pensar em voltar a seu país de origem, a buscar outras terras onde tivesse a chance de se constituir em um pequeno proprietário rural. E este era o modelo dos núcleos coloniais do Vale do Ribeira, que deve ter atraído muitos colonos do planalto, naturalmente num volume bem menor do que aqueles que se evadiam da região.

Com relação aos colonos evadidos da região, nem todos acabavam por se transferir para as fazendas de café do planalto, como foi o caso dos norte-americanos que ou retornaram à sua pátria ou migraram para Campinas, onde estabeleceram suas próprias propriedades ou se tornaram comerciantes ou trabalhadores urbanos.

A maior dificuldade para a fixação de colonos na região foi, realmente, a dificuldade de implantação de uma lavoura comercial, que, na época, só poderia ser

⁶ AZEVEDO, Sálvio de Almeida - Imigração e Colonização no Estado de São Paulo, In: Revista do Arquivo Municipal, ano VII, volume LXXV, São Paulo, abril de 1941, p.115. Citado por Petrone(1966).

o café, que traria consigo todos os benefícios levados ao planalto. E por que, então, a cafeicultura não se instalou no Vale do Ribeira ?

Observando novamente a figura 2, que mostra o roteiro de expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo, vemos que este se dá em progressão contínua a partir do Vale do Paraíba em direção ao oeste paulista, passando ao largo do sul do Estado, o que dá a impressão de que não houve cafeicultura no Vale do Ribeira, o que não é verdade. Na verdade, a cafeicultura foi uma atividade importante nos primeiros núcleos coloniais no final do século passado. O relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, citado por PETRONE (1966), sobre a produção agrícola do Núcleo Colonial de Pariquera-Açu, revela que o café era, em termos econômicos, sua principal lavoura.

Tabela 4 - Núcleo colonial Pariquera-Açu - Produção de Café de 1893 a 1897

Ano	Quantidade (quilos)	Valor (mil réis)
1893	150.000	240.000
1894	86.010	137.760
1895	106.805	128.166
1896	305.565	305.565
1897	189.120	113.472

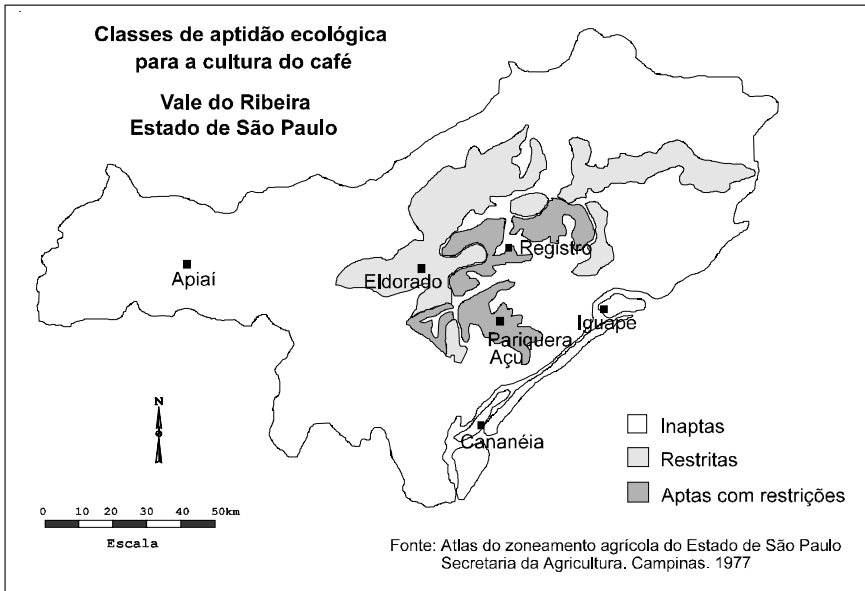
Fonte: Petrone, 1966. (organizada pelo autor)

A tabela 4 nos mostra a produção de café pelo Núcleo Colonial de Pariquera-Açu durante cinco anos e revela oscilações muito elevadas na produção, o que foi atribuído por PETRONE (1966, p.133) “às próprias oscilações de preços, o que o quadro chega a sugerir, e às dificuldades para encontrar mercado para a produção. O colono devia reduzir o plantio, após ter tido experiência com o problema da colocação do produto e após não ter compensação financeira satisfatória.”

Embora representativa em termos locais, a pequena e oscilante produção de café na região, feita por colonos e pequenos agricultores, era inexpressiva em termos globais, não se caracterizando, portanto, um complexo cafeeiro sob a égide de um capital mercantil, como nas áreas do planalto.

Essa produção medíocre de café na região deveu-se fundamentalmente a uma razão simples: excetuando-se algumas pequenas áreas, as terras do Vale do Ribeira eram (e são) pouco adequadas para o cultivo do café. O zoneamento agrícola feito pela Secretaria da Agricultura, em 1977, demonstra que a região, em quase sua totalidade, não possui aptidão ecológica para a cafeicultura, apresentando apenas algumas poucas manchas com aptidão restrita, justamente aquelas próximas a Pariquera-Açu, onde o café chegou a ser cultivado pelos colonos no século passado.(figura 5)

Figura 5 – Aptidão ecológica para a cafeicultura no Vale do Ribeira.



Os colonos não se fixaram no Vale do Ribeira fundamentalmente porque não conseguiram desenvolver ali uma lavoura comercial; e isso não se deveu a uma conspiração dos cafeicultores ávidos da mão-de-obra ali existente. O culpado não foi o café, mas justamente a sua ausência, pois a única lavoura comercial capaz de justificar a implantação de infra-estrutura e fixar os colonos no vale do Ribeira seria, naquele momento histórico, a cafeicultura, que foi tentada e fracassou na região basicamente por dois motivos: a dificuldade de circulação e acesso aos mercados e a restrita aptidão ecológica da região para a cafeicultura, o que restringiu, também, os investimentos em transportes na região (construção de ferrovias), que vinha sendo feito no rastro das novas áreas cafeeiras no oeste paulista. Soma-se a esses fatores o aniquilamento do único sistema de transportes estruturado na região, a navegação, com o assoreamento do porto de Iguapé, o que enterrou de vez as chances de uma maior integração econômica da região, o que só ocorreu muito mais tarde, já em meados do século vinte.

Feitas tais considerações, as teses que atribuem a estagnação econômica da região ao capital cafeeiro, como se as zonas cafeeiras tivessem explorado o Vale do Ribeira numa espécie de “imperialismo” interno, parecem equivocadas, como o são

aquelas que tentam explicar o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro por um suposto “imperialismo paulista”. Esse tipo de avaliação tem feito surgir periodicamente na região movimentos separatistas que, equivocadamente, defendem como solução dos problemas da região a criação de um novo estado⁷.

A reprodução da fazenda escravista foi inviabilizada não só no Vale do Ribeira, mas em toda a parte. A negação da fazenda escravista decorreu da negação da própria escravidão como relação de produção:

“O passo fundamental que desencadeou a crise do complexo rural foi a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro depois de 1850.”
(GRAZIANO DASILVA, 1996, p. 7)

Em 1850 começou a derrocada do complexo rural escravista, não só no Vale do Ribeira, mas em todo o Brasil. As regiões cafeeiras escravistas fluminense e paulista (Vale do Paraíba), até então hegemônicas, entraram em crise a partir da década de 1880 e não mais se recuperaram. O mesmo processo ocorreu com o complexo rural açucareiro escravista do Nordeste, já em decadência há mais de um século (CANO, 1983).

Em resumo, o declínio da economia escravista do Vale do Ribeira, assim como a do Vale do Paraíba e a Nordestina, não se deveu a um “imperialismo” das regiões cafeeiras, mas a uma conjugação de fatores histórico-geográficos que devem ser analisados dentro de um processo muito mais amplo que foi a crise do complexo rural escravista, no bojo do processo capitalista de modernização das relações de produção no Brasil.

A REINTEGRAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA NA ECONOMIA PAULISTA

Após a decadência da rizicultura e o fracasso nas tentativas de colonização e introdução de uma nova lavoura comercial, o café, o Vale do Ribeira entrou em um período de estagnação econômico-social (caipirização). A região permaneceu estagnada, à margem do desenvolvimento paulista, até aproximadamente 1940, quando a agricultura regional começou a ser reincorporada à economia estadual com a implantação de novas lavouras comerciais na região, o chá e a banana, que foram desenvolvidas graças à colonização nipônica.

⁷ Em 1997 houve o mais recente desses movimentos, liderado por vereadores da região, após a grande cheia do rio Ribeira que deixou a região em estado de calamidade pública.

A colonização japonesa no Vale do Ribeira teve início em 1912, quatro anos após o primeiro navio trazendo imigrantes japoneses aportar em São Paulo. Nesse ano, o governo paulista firmou contrato com a “Companhia Imperial Japonesa de Imigração” visando a colonização da região. Foram concedidos à companhia 50.000 hectares de terras devolutas, isenção de impostos e mais 10 contos de réis para cada 50 famílias instaladas. A Cia Imperial, por sua vez, assumiria o compromisso de instalar 2.000 famílias na região, processo que se iniciou nesse mesmo ano com a instalação das primeiras colônias junto a Registro, que passou a ser o centro da colonização japonesa.

Seis anos mais tarde, em 1918, foi criada a K.K.K.K. (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha) Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., filial da Companhia Imperial, que passou a ser responsável direta pela colonização da região. Nascia, assim, a experiência da colonização nipônica na região, que diferia totalmente das experiências anteriores, na medida em que surgiu com apoio governamental e, fundamentalmente, sob a coordenação de uma organização poderosa como a Companhia Imperial.

A partir de sua criação, a Kaigai procurou orientar a colonização de forma integral. Foram trazidos agrônomos do Japão e instalados campos experimentais de cultivo, e a divisão e a distribuição dos lotes foram feitas de forma racional, de modo a proporcionar a todos os colonos acesso à água e localização razoável. A empresa também proporcionava assistência médica e escolas para os colonos.

Outra preocupação da Kaigai foi com o escoamento da produção, através da construção de uma rede de estradas vicinais ligando as colônias aos portos fluviais de Registro e Sete Barras. Foi aberta uma estrada, ligando Registro a Juquiá, para atingir o recém inaugurado (1914) ramal ferroviário até Santos.

A partir da década de 1930, com a construção da estrada ligando Juquiá a Tapirai, os colonos voltaram-se também para a região de Cotia onde ligaram-se à forte colônia nipônica local. Os japoneses pouco se voltaram para o litoral, seus interesses ligavam-se ao planalto, onde estavam os melhores mercados. Desse modo, o eixo econômico do Vale do Ribeira que, desde o século XVI, direcionava-se do interior para Iguape pelo rio Ribeira, transversalmente à costa, passou a correr paralelo ao litoral, de Registro para Juquiá e daí, por via férrea, para Santos. É nesse processo que Iguape perde a primazia na região, cedendo seu lugar a Registro, que se torna a nova “capital” do Vale do Ribeira.

A imigração japonesa causou um impacto considerável na dinâmica do desenvolvimento na região:

“No litoral sul o trabalho japonês vem conseguindo sucessos notáveis. Colonizando uma área de 75.000 hectares, sendo que 50.000 foram dados em concessão, a Kaigai conseguiu aumentar o número de japoneses de

269 em 1917, para 4378 em 1931. O comércio do porto de Registro, que era quase exclusivamente japonês, passou de 395 contos em 1920 para 2.196 contos em 1931. Em Registro tudo foi trabalho japonês: a eletricidade, as escolas, escola agrícola, posto zootécnico, hospitais, igrejas, quase 3 centenas de estradas na concessão, uma grande estrada de 34 quilômetros ligando a estação de Juquiá, culturas intensivas de café, chá, arroz, bicho da seda etc...

Parte despovoada do Estado, com meios de comunicação raros e ruins, Registro tem hoje uma administração exclusivamente japonesa, lá não existindo autoridade paulista.” (CRISSIUMA, 1934,p.113)

O afluxo de imigrantes japoneses teve seu auge em 1931, quando as colônias contavam com 4378 pessoas (Petrone,1966). A partir de então, a imigração entrou em refluxo. Com a segunda guerra cessou a imigração e, em 1937, foi rescindido o contrato com a Kaigai. Mais tarde, com a entrada do Brasil na guerra, muitos japoneses foram removidos para outras regiões pelo governo, que temia a excessiva concentração de “população inimiga” num só lugar. Depois da guerra a imigração foi retomada, mas os novos colonos tiveram pouco interesse pela região, certamente pela falta da estrutura fornecida pela Kaigai.(PETRONE,1966)

A partir da década de 1930, os cultivos do chá e da banana, impulsionados pelos colonos japoneses, irão se desenvolver na região, reincorporando-a ao mercado capitalista. Esta reincorporação, no entanto, foi tardia, pois a região já tinha perdido a “oportunidade histórica” de integrar-se ao ritmo de acumulação paulista, que nesse momento iniciava uma nova fase, a industrialização. Esta, só irá ocorrer nas regiões cafeeiras, pois:

“apenas com o surgimento do complexo cafeeiro paulista criaram-se as novas oportunidades de investimento resultantes da ampliação da divisão social do trabalho - ou da separação cidade/campo - no bojo da qual se implementou um processo de substituição de importações. Aproveitou-se assim uma “oportunidade histórica” - conjugando a disponibilidade de excedentes com a oportunidade de novas inversões que o complexo cafeeiro gerou.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 9)

Desse modo, o Vale do Ribeira, que já havia ficado “à margem do império do café”, ficou também à margem da industrialização, permanecendo agora como região periférica, “subdesenvolvida”, na órbita de uma economia paulista moderna, industrializada, desenvolvida.

Esta situação de disparidade econômica e social, principalmente a partir do final da década de 1950, quando o Estado passou a intervir mais diretamente na economia com políticas de desenvolvimento, começou a despertar a atenção governamental para a região que, a partir de então, se tornou objeto de uma série de experiências de planejamento que culminaram com a criação da SUDELPA.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.) - *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio Janeiro, Campus. 1989.
- BEIGUELMAN, Paula - *A formação do povo no complexo cafeeiro, aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1968.
- BRAGA, Roberto. *Planejamento regional no Estado de São Paulo. A experiência do Vale do ribeira nas décadas de 1970 e 1980*. São Paulo, FFLCH/USP, 1998. Tese de doutorado.
- BRASCONSULT - *Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul*. Vol I a VI, abril, 1966. SSOP-DAEE-Serviço do Vale do Ribeira.
- CAMARGO, José Francisco de - *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo, IPE/USP, 1981.
- CAMPOS, Joaquim Pedro de Souza - *O Processo de urbanização no Vale do Ribeira. Digesto Econômico*, n. 266, março-abril, 1979.
- CANO, Wilson & GUIMARÃES NETO, Leonardo - *A Questão Regional no Brasil, Traços Gerais de sua Evolução Histórica - Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economia Política*. Madrid, ICI. n° 10, 1986
- CANO, Wilson - *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo, Global Editora/Editora da UNICAMP. 1985.
- CANO, Wilson - *Desequilíbrios regionais no Brasil, alguns pontos controversos*, in BELLUZZO, L.G. ; COUTINHO, Renata - *Desenvolvimento capitalista no Brasil, ensaios sobre a crise*. Vol 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CANO, Wilson - *Perspectivas do Desenvolvimento econômico do Interior Paulista*, in, Tartaglia, J.C. e OLIVEIRA, O. L. (orgs.) - *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp. 1988.
- CANO, Wilson - *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec. 1990.
- CRISSIUMA, Eddy de F - *Concentração japonesa em São Paulo*. *Geografia*, São Paulo, ano 1, n.1, 1934.
- DIEGUES, Antônio Carlos - *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1973.
- EGAS, Eugênio - *Os municípios Paulistas*. Seção de obras d' "O Estado de São Paulo", São Paulo, 1925.
- ELLIS, Myriam - *Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII*. *Revista de História*, ano IX, n. 36, out-dez, 1958

- FUNDAP - *A nova organização regional do Estado de São Paulo - Subsídios para um modelo de gestão*. São Paulo, FUNDAP, 1992.
- GOLDMAN, Frank P - *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- GRAZIANO DA SILVA, José - *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo & CANO, Wilson - *Estudos Sobre a Questão Regional, Documento Base*. ANPUR, sd.
- GUSSI, Alcides Fernando - *Os norte-americanos (confederados) do Brasil. Identidade no contexto transnacional*. Campinas, UNICAMP, 1997.
- LEPSH, Igo F - Macrozoneamento das terras da região do rio Ribeira de Iguape, *Boletim Científico do Instituto Agrônomo*. (19),4-5, 1990.
- LOVE, Joseph L - *A Locomotiva, São Paulo na Federação Brasileira - 1889 - 1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MILLIET, Sérgio - *Roteiro do café e outros ensaios*. Hucitec, São Paulo, 1982.
- MONBEIG, Pierre - *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
- MORAES, Rubens Borba de - Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Geografia*, São Paulo, ano 1, n. 1, 1935.
- MÜLLER, Daniel Pedro - *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3.ª edição facsimilada. São Paulo, Governo do Estado, 1978.
- MÜLLER, Geraldo - *Estado, Estrutura Agrária e População*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de - *Elegia para uma Re(li)gião*. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- PAPY, Louis - À margem do império do café , a fachada atlântica de São Paulo. *Boletim Geográfico*, ano XV, n. 137, 1957.
- PERROUX, François. A economia do século XX. Lisboa, Herder, 1967.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer - *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difel, 1968.
- PETRONE, Pasquale - *A Baixada do Ribeira, Estudo de Geografia Humana*. São Paulo, FFCL-USP, 1966.
- PETRONE, Pasquale - Notas sobre os sistemas de culturas na Baixada do Ribeira - SP. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, (39),47-63, out.,1961.

- PETRONE, Pasquale - O homem paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 23, julho, 1965.
- PINHO, Diva Benevides - *Planejamento regional e cooperativismo*. São Paulo, ISPECO, 1964.
- PINTO, Adolpho Augusto - *História da viação pública de São Paulo*. São Paulo, Tipografia e Papelaria de Vandoren & CIA. 1903
- SAES, Flávio Azevedo Marques de - *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo, Hucitec. 1981.
- SÃO PAULO (Estado) - Secretaria do Meio Ambiente/Secretaria da Educação. *Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira*. São Paulo, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck - Geografia das comunicações paulistas. *Digesto Econômico*. São Paulo, ano III, n. 34 e 35, 1947.
- TARTAGLIA, José Carlos; OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de - *Agricultura paulista e sua dinâmica regional, 1920-1980*. Campinas, convênio SEP/FECAMP, 1987, mimeo.
- TSUKAMOTO, Ruth Youko - *A teicultura no Brasil, subordinação e dependência*. São Paulo, FFLCH/USP, 1994. Tese de doutorado.